

FGV já tem fórmula para expurgo

A Fundação Getúlio Vargas envia hoje um documento ao Governo com os critérios e métodos sugeridos para neutralizar, no Índice de Preços por Atacado (IPA, peso de 60% no cálculo da inflação) os efeitos da retirada dos subsídios e de **acidentalidades** (como a quebra de safras sobre os preços. Segundo o diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Julian Chacel, a FGV também propõe ao Governo que a correção monetária volte a ser calculada com base no IPA expurgado. Atualmente, a correção monetária comporta a inflação medida pelo Índice Geral de Preços.

O texto é resultado de duas reuniões — uma no dia 10 de junho, logo após o **pacote** que decidiu a retirada dos subsídios, e outra ontem de manhã — entre Chacel; o Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Milton Dallari; e o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, convidado para colaborar nos debates pelo presidente do Ibre, Octavio Gouvêa de Bulhões, e o próprio Chacel.

Julian Chacel afirmou que o Governo deve definir a adoção de uma sistemática de expurgo até o final desta semana. Caso contrário, afirmou o diretor do Ibre, a divulgação dos índices de junho, que já devem ter um atraso de quatro ou cinco dias em relação ao prazo normal de publicação, poderá ser ainda mais retardada. Mais uma vez, Chacel garantiu que, mesmo adotado o expurgo, a FGV continuará divulgando normalmente os índices que refletem todos os aumentos de preços.

SISTEMÁTICA ANTIGA

Na proposta da FGV não há nada de novo, afirmou Chacel: "Ela é basicamente a sistematização de conceitos e métodos já anteriormente utilizados em diversas ocasiões, entre 1975 e 1979". Mais uma vez, o diretor do Ibre preferiu não usar a palavra **desindexação**. Segundo ele, "este neologismo transmite a idéia do fim da correção monetária, quando o que se quer fazer é um reexame do cálculo da correção monetária".

A sugestão da FGV é eliminar a inflação corretiva decorrente da retirada dos subsídios e as altas de preços que resultam de fatores acidentais, como quebra de safra por excesso de chuvas ou de geadas. No primeiro caso, a neutralização seria feita de uma só vez quando a retirada do subsídio é integral — como ocorreu com os derivados do petróleo — ou poderia ocorrer de forma paulatina, acompanhando o ritmo da retirada, como deve continuar acontecendo com o trigo e o açúcar.

Um problema que foi ontem exaustivamente debatido é como neutralizar os efeitos secundários da retirada dos subsídios. Exemplo: como determinar a influência da alta dos derivados depois da retirada do subsídio em produtos como tecidos sintéticos, tintas, borracha, etc... Segundo Chace, "só poderíamos fazer uma neutralização em todos os produtos, se tivéssemos uma matriz que relaciona insumos e produtos de toda a economia. Como isto não é um recurso disponível, só serão considerados os efeitos secundários visíveis".

Neste caso, a neutralização seria feita com base em conceitos arbitrados. "Afinal", disse Chacel, "nós não temos uma teoria de correção monetária, só uma prática, e é esta que nos vai orientar, dentro das regras do bom senso".

Da mesma forma, o expurgo dos efeitos de **acidentalidades** — como a quebra de safras — sobre os preços dos produtos, também será feita com base em "regras arbitradas por convenção", de acordo com Chacel. Todos os produtos que sofrem esses efeitos teriam sua série estatística histórica analisada, afim de que se determinem tendências de variação de preços. O que ultrapassasse essa tendência "normal" seria expurgado do índice.

Segundo Chacel, "a sociedade precisa conhecer a **saciedade**" os motivos que poderão levar o Governo a adotar esses mecanismos. O diretor do Ibre afirmou que não houve nenhuma reunião conjunta entre a FGV e o IBGE: "A FGV está preocupada com um índice de preços voltado para a correção dos ativos financeiros. É possível que algo venha a ocorrer com o INPC, mas isso foge ao nosso alcance".